



**ATA DA 112ª REUNIÃO ORDINÀRIA DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA
PORTO ORGANIZADO DE SANTANA**

Data: 08.08.2006

Horário: 15h00min

Local: Sala de reuniões do prédio da Companhia Docas de Santana

1. Expediente

1. 1 - Assinatura da lista de presença dos membros do CAP.

Conforme registrado na lista de presença, a qual é parte integrante da ata, compareceram: Wilson do Egito Coelho Filho, José Adeílton Barbosa Leite, Mauro Carlos Ferreira de Magalhães, Jarbas Gomes Pereira, Claudivaldo Soares Uchoa, Odival Monterrozo Leite, Tarcísio Barbosa Lima, Edyr Campos Pachêco e os convidados Antônio Lenine dos Santos, José Araújo Filho, Sérgio Ventura Paixão e o representante da Inspeção da Receita Federal em Santana, Sr. Túlio Geraldo Coelho.

1. 2 – Justificativas de Ausência.

A Convidada Rosemary Fabião de Araújo e o Conselheiro Jurandil dos Santos Juarez justificaram as suas ausências.

1. 3 – Apreciação, discussão e votação da ata da 111ª reunião ordinária.

O Presidente do CAP, Wilson do Egito Coelho Filho, iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos, em seguida colocou a matéria para discussão e votação. Não havendo manifestação em contrário a mesma foi aprovada por unanimidade.

2. Comunicações

2.1 - Comunicação da Presidência.

Não houve comunicação da presidência.

2.2 - Dos demais Conselheiros.

O Presidente da CDSA informou que no dia 25/07/06 o Sr. José Salomão Fadlalah, Gerente de Portos e o Sr. Leonardo Pedrosa, Gerente Geral da MMX, visitaram a CDSA com objetivo de informar que pretendem escoar pelo porto 160 mil ton/mês de minério de ferro a partir de setembro de 2007 até julho de 2008, visto que em agosto do mesmo ano acreditam já estarem com suas próprias instalações portuárias funcionando ao lado do terminal da ICOMI. O Presidente considera ser esta uma boa notícia apesar do porto não estar preparado para receber esta carga, por faltar-lhe infra-estrutura para embarque de minérios. Entretanto, para contemplar esta movimentação, já foi iniciado estudo de topografia nas instalações da área da Companhia para garantir uma área apropriada para armazenar este minério e prestar um bom serviço a mais um cliente do porto. Os diretores da MMX adiantaram que, caso os estudos em andamento apontem, dotarão o porto da infra-estrutura necessária. Outra visita que pode trazer bons negócios para a Companhia foi a dos representantes da Noble Group, empresa multinacional que em parceria com a COABRA – Cooperativa Agro-Industrial do Centro-Oeste do Brasil está financiando a produção de grãos nessa região e vendendo para o mercado externo, com possibilidade de escoar pelo Porto de Santana em torno de 600 mil ton/ano de soja a partir do 2º semestre de 2008. Passando a palavra para o Conselheiro Odival Monterrozo Leite, este abordou a questão das parcerias público-privadas, a exemplo do que ocorre em outros portos do Brasil, quando empresas se associam ao governo para fazerem investimentos. Frisou que seria bom que ao invés de construir novos terminais, investissem no porto para assim deixá-lo melhor estruturado a fim de que possa receber empresas de vários segmentos, além de ser mais barato para as mesmas. O Conselheiro Tarcísio Barbosa Lima comunicou que há interesse em exportar bubalinos do Amapá e do sul do Pará pelo Porto de Santana com destino ao Líbano. Em aparte



convidou o Presidente da CDSA para se fazer presente na reunião com investidores na Federação do Comércio e lá apresentar o potencial do porto para este intento. O Sr. José Adailton Barbosa Leite se dispôs a participar da referida reunião, confirmando sua presença.

3. Ordem do dia

3.1 – Movimentação de carga ocorrida no 1º semestre.

Substituindo o Sr. Clóvis de Sousa o Coordenador Administrativo, Mauro Carlos Ferreira de Magalhães, em sua apresentação (vide planilha abaixo), comparou a movimentação de carga do 1º semestre de 2005 com a de 2006, enfatizando o acréscimo de 32,6% em 2006, que se deu em razão do embarque de minério de ferro e de manganês pelo terminal da ICOMI, melhorando a receita da CDSA.

1.1 – Movimentação de 2005

1.2 – Movimentação de 2006

Nº DE ORDEM	MÊS	TOTAL	Nº DE ORDEM	MÊS	TOTAL
1	Janeiro	109.440	1	Janeiro	124.940
2	Fevereiro	105.048	2	Fevereiro	213.326
3	Março	87.651	3	Março	100.596
4	Abril	119.169	4	Abril	175.649
5	Maio	161.671	5	Maio	187.123
6	Junho	85.324	6	Junho	84.584
TOTAL		668.303	TOTAL		886.218

3.2 – Consulta junto a Receita Federal para autorização de saída dos equipamentos da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS - Resposta.

O Presidente do CAP relatou resumidamente a resposta negativa à tentativa de resolver o problema da saída do Guindaste Grove da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana. O Ofício datado de 10/07/06 informa que o incentivo fiscal não pode ser desvirtuado. O Presidente do CAP, por discordar de tal afirmação, propôs recorrer a outras instâncias para tentar resolver este entrave. Sugeriu um contato com o Ministro dos Transportes, atualmente função exercida por um colega de trabalho, para que o mesmo encaminhe correspondência ao Ministro da Fazenda solicitando sua intervenção junto à cúpula da Receita Federal no sentido de baixar uma Portaria específica permitindo que este equipamento possa sair da ALCMS. Com a palavra o representante da Receita Federal, Sr. Túlio Geraldo Coelho, falou que o caminho a ser tomado é este mesmo, por ter a Receita Federal uma estrutura hierárquica rígida, onde os ocupantes de cargos executivos obedecem estritamente a legislação vigente. Em aparte, o representante da CESPORTOS, Sr. José Araújo Filho, informou que recebeu a Declaração de Cumprimento N° 043/05 da CONPORTOS e a passou para o Presidente da CDSA. Tal declaração trata da habilitação que a CDSA tem por ter “implementado o Plano de Segurança Pública Portuária e ter cumprido as disposições no capítulo 11 do inciso 2º da Convenção Solas e da parte A do código internacional de proteção de navios e instalações portuárias do ISPS-CODE estando autorizada a operar com navios porta contêineres e graneleiros empregados no tráfego internacional”. Esta Declaração é válida até 04/02/2010.

3.3 – Balanço da situação financeira do porto.

O Presidente da CDSA apresentou um balanço das finanças do porto ocorridas no 1º semestre de 2006 cuja síntese encontra-se na tabela abaixo.



CIA DOCAS DE SANTANA

CÓDIGOS RECEITAS E DESPESAS	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	BANCO DO BRASIL	BANCO BRADESCO	SALDO FINAL	RECEITAS E DESPESAS ORÇADA	RECEITAS E DESPESAS REALIZADAS		
						ATÉ O MÊS	NO MÊS	ACUMULADO
	SALDO INICIAL	30.356,46	100.094,38	130.450,84		65.062,67	130.450,84	65.062,67
	TRANSFERÊNCIA ENTRE BANCOS			-		-	-	-
	OUTROS RECEBIMENTOS			-		-	-	-
01	RECEITA	67.140,15	82.104,38	149.244,53	3.000.000,00	1.033.279,45	149.244,53	1.182.523,98
01.01	RECEITA OPERACIONAL	64.812,15	37.832,23	102.644,38	2.152.000,00	818.294,70	102.644,38	920.939,08
01.01.01	Tarifas de Serviços Portuários	64.812,15	37.832,23	102.644,38	2.152.000,00	814.895,79	102.644,38	917.540,17
01.01.02	Tarifas de Serviços Portuários - Containeres			-	-	2.898,91	-	2.898,91
01.01.03	Serviços de Máquinas e Equipamentos			-	-	500,00	-	500,00
01.02	RECEITA PATRIMONIAL		43.108,15	43.108,15	788.000,00	190.540,75	43.108,15	233.648,90
01.02.01	Aluguéis de Bens		25.000,00	25.000,00	559.000,00	100.000,00	25.000,00	125.000,00
01.02.02	Arrendamentos de Instalações Portuário		18.108,15	18.108,15	228.000,00	90.540,75	18.108,15	108.648,90
01.02.03	Aplicações Financeiras			-	1.000,00	-	-	-
01.03	TRANSF. DE DOTAÇÕES/CONVÊNIO	-	-	-	-	-	-	-
01.03.01	União			-		-	-	-
01.03.02	Estado			-		-	-	-
01.03.03	Município			-		-	-	-
01.03.04	Outros			-		-	-	-
01.04	OUTRAS RECEITAS	2.328,00	1.164,00	3.492,00	60.000,00	24.444,00	3.492,00	27.936,00
01.04.01	Legados			-	-	-	-	-
01.04.02	Indenizações			-	-	-	-	-
01.04.03	Subvenções			-	-	-	-	-
01.04.04	Outras Receitas Eventuais - FUNDAF	2.328,00	1.164,00	3.492,00	60.000,00	24.444,00	3.492,00	27.936,00
	OUTROS PAGAMENTOS			-		-	-	-
02	DESPESAS	61.622,02	124.195,44	185.817,46	3.000.000,00	967.891,28	185.817,46	1.153.708,74
02.01	PESSOAL E ENCARGOS	47.507,07	48.724,88	96.231,95	1.200.000,00	339.159,38	96.231,95	435.391,33
02.01.01	Vencimentos e Vantagens Fixas	39.840,87	23.182,00	63.022,87	800.000,00	216.674,83	63.022,87	279.697,70
02.01.02	Obrigações Patronais		24.067,88	24.067,88	285.000,00	90.465,84	24.067,88	114.533,72
02.01.03	Diárias			-	60.000,00	9.424,46	-	9.424,46
02.01.04	Outras Despesas Variáveis	7.666,20	1.475,00	9.141,20	55.000,00	22.594,25	9.141,20	31.735,45
02.02	IMPOSTOS	5.012,27	30.098,17	35.110,44	744.050,00	296.274,66	35.110,44	331.385,10
02.02.01	ISSQN	4.848,27	2.458,46	7.306,73	150.000,00	50.908,91	7.306,73	58.215,64
02.02.02	PIS		2.868,46	2.868,46	46.530,00	13.031,53	2.868,46	15.899,99
02.02.03	Cofins		13.212,32	13.212,32	214.320,00	60.023,98	13.212,32	73.236,30
02.02.04	Contribuição Social Sobre o Lucro		12,46	12,46	43.200,00	16.918,57	12,46	16.931,03
02.02.05	Imposto de Renda Sobre o Lucro			-	98.000,00	36.996,05	-	36.996,05
02.02.06	IPVA/IPTU/CPMF/ALVARÁ	-	7.365,10	7.365,10	25.000,00	4.445,07	7.365,10	11.810,17
02.02.06	IPVA			-		370,25	-	370,25
02.02.06	IPTU		6.833,97	6.833,97		-	6.833,97	6.833,97
02.02.06	CPMF		531,13	531,13		2.298,21	531,13	2.829,34



CIA DOCAS DE SANTANA

02.02.06	ALVARÁ			-		1.776,61	-	1.776,61
02.02.07	IBAMA/FUNDAF/TAR. BANC., ETC	164,00	4.181,37	4.345,37	65.000,00	27.938,47	4.345,37	32.283,84
02.02.07	IBAMA			-		542,50	-	542,50
02.02.07	FUNDAF		4.074,00	4.074,00		26.772,00	4.074,00	30.846,00
02.02.07	Tarifas Bancárias	164,00	107,37	271,37		623,97	271,37	895,34
02.02.07	Outros			-		-	-	-
02.02.08	Parcelamento do INSS			-	102.000,00	86.012,08	-	86.012,08
02.03	MATERIAL DE CONSUMO	4.434,71	11.524,16	15.958,87	180.000,00	79.413,94	15.958,87	95.372,81
02.03.01	Artigo de Expediente	2.950,00	236,00	3.186,00	24.000,00	26.173,27	3.186,00	29.359,27
02.03.02	Artigo de Limpeza e Desinfecção			-	10.000,00	3.047,54	-	3.047,54
02.03.03	Gêneros Alimentícios	94,00	2.526,42	2.620,42	20.000,00	14.999,16	2.620,42	17.619,58
02.03.04	Combustíveis		4.950,00	4.950,00	48.000,00	20.731,25	4.950,00	25.681,25
02.03.05	Material Elétrico/Hidráulico/Pintura e Reforma	1.131,71	3.444,54	4.576,25	40.000,00	8.919,32	4.576,25	13.495,57
02.03.06	Diversos	259,00	367,20	626,20	38.000,00	5.543,40	626,20	6.169,60
02.04	SERVIÇOS DE TERCEIROS	4.667,97	29.158,23	33.826,20	560.950,00	181.060,22	33.826,20	214.886,42
02.04.01	Ilumin.,Força,Telef.,Correios, Internet, Água		7.260,72	7.260,72	70.000,00	32.019,90	7.260,72	39.280,62
02.04.02	Disp.c/ Veículos, Máq. Equipamentos	259,00	8.343,47	8.602,47	96.000,00	37.788,28	8.602,47	6.390,75
02.04.03	Seguro de Vida em Grupo		139,10	139,10	69.800,00	565,30	139,10	704,40
02.04.04	Outros Serviços de Terceiros - P. F.	1.059,10	5.319,47	6.378,57	50.000,00	33.534,98	6.378,57	39.913,55
02.04.05	Outros Serviços de Terceiros - P. J.	1.869,00	6.691,43	8.560,43	210.150,00	51.480,18	8.560,43	60.040,61
02.04.06	Ligeiros Reparos, Consertos e Conservação	1.480,87		1.480,87	20.000,00	11.758,14	1.480,87	13.239,01
02.04.07	Passagens e Locomoção		1.404,04	1.404,04	45.000,00	13.913,44	1.404,04	15.317,48
02.05	DIVERSAS DESPESAS	-	3.950,00	3.950,00	112.000,00	56.086,16	3.950,00	60.036,16
02.05.01	Despesas Judiciais, Publicações e Editais		1.200,00	1.200,00	5.000,00	1.892,08	1.200,00	3.092,08
02.05.02	Publicidade e Propaganda		2.750,00	2.750,00	30.000,00	5.700,00	2.750,00	8.450,00
02.05.03	Assinatura de Jornais e Revistas			-	2.000,00	788,00	-	788,00
02.05.04	Hospedagens, Recepções e Homenagens			-	10.000,00	-	-	-
02.05.05	Congressos, Conferências e Seminários			-	5.000,00	4.130,00	-	4.130,00
02.05.06	Auxílio à Comunidade			-	50.000,00	42.376,08	-	42.376,08
02.05.07	Impressão de Folders, Panfleto/Informativo			-	10.000,00	1.200,00	-	1.200,00
02.06	APLICAÇÃO DE CAPITAL	-	740,00	740,00	203.000,00	15.896,92	740,00	16.636,92
02.06.01	Bens Imóveis			-		-	-	-
02.06.02	Mobiliário e Instalações		740,00	740,00	25.000,00	11.752,92	740,00	12.492,92
02.06.03	Biblioteca			-	3.000,00	1.690,00	-	1.690,00
02.06.04	Comunicação			-		474,00	-	474,00
02.06.05	Veículos			-	90.000,00	-	-	-
02.06.06	Computadores e Similares			-	85.000,00	1.980,00	-	1.980,00
SALDO FINAL		35.874,59	58.003,32	93.877,91	-	130.450,84	93.877,91	93.877,91



A previsão orçamentária prevista o ano passado de R\$ 3.000.000,00, na prática não está se configurando. Como pode ser percebido na tabela acima, houve uma queda na receita no semestre de aproximadamente 23%, o que nos leva a conduzir os negócios da empresa no 2º semestre com mais parcimônia, caso esta tendência continue. As razões pelas quais ocorreu esta queda foram em decorrência da baixa receita com locação de equipamentos associada a uma elevada inadimplência de algumas mineradoras. No 1º semestre de 2005 a locação de equipamentos contribuiu com 31% na receita do porto, ao passo que caiu para 4% no 1º semestre de 2006. Isto em parte deveu-se a proibição por parte da Receita Federal em prestar serviços fora da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS com os equipamentos do porto. É importante frisar que a queda só não foi mais acentuada porque o porto teve uma movimentação de carga 32,6% maior do que no 1º semestre de 2005. Salientou que, por esta e outras razões, está propondo um reajuste no contrato CDSA X Amcel (conforme visto no item anterior). Informou que a direção da empresa está atenta ao problema e vem adequando as despesas correntes à receita (apesar da queda na receita as despesas acumuladas no semestre não ultrapassaram a receita).

O Conselheiro Odival Monterrozo Leite observando os números apresentados, afirmou que a atual administração foi voltada para o equilíbrio orçamentário e financeiro da Companhia. O Presidente frisou que embora ainda não tenha realizado investimentos de grande porte, conseguiu deixar a empresa equilibrada financeiramente.

3.4 – Renegociação do contrato da Amcel.

O Sr. José Adeilton Barbosa Leite falou da última reunião com a diretoria da International Paper do Brasil, cuja finalidade foi reajustar as tarifas contidas no contrato. Disse que a Amcel paga por tonelada embarcada R\$ 0,64 e a empresa que agencia os navios paga R\$ 0,30, somando R\$ 0,94. O valor pretendido pela CDSA é cobrar R\$ 1,80/ton, cabendo às agências de navegação R\$ 0,71 e à Amcel R\$ 1,09/ton. Acrescentou ainda que pleiteia um reajuste no valor do arrendamento da área que passaria para R\$ 25.000,00/mês (a Amcel paga atualmente R\$ 18.108,15). A justificativa utilizada pelo Presidente da CDSA é de que o equilíbrio econômico-financeiro do contrato está prejudicado, na medida em que o valor pago não cobre o custo do serviço, com flagrante prejuízo para a CDSA. Na visão do Presidente, isto vem impedindo à efetivação de manutenções de maior porte e novos investimentos necessários a expansão do porto. Mesmo com estas justificativas o Gerente de Suprimento da International Paper do Brasil, Sr. Guilherme Oliveira, sinalizou com a possibilidade de se comprometer em arcar com as manutenções básicas em vez de reajustar o valor das tarifas portuárias. O Presidente da CDSA apesar de achar a sugestão boa retrucou dizendo que prefere o reajuste do contrato e concluiu informando que está aguardando a resposta dos representantes da International Paper do Brasil, que voltarão a se reunir em breve.

3.5 – Reformulação da tarifa portuária.

O Presidente do CAP crê que é de extrema necessidade reformular a tarifa vigente no Porto de Santana, pois está defasada, sendo a menor tarifa do Brasil. No entanto para que seja feita a proposição de uma nova tarifa, isto demandará tempo e recursos financeiros. Informou que já iniciou as tratativas com a CDP para assim se inteirar do melhor caminho a tomar para iniciar este estudo. O Presidente teceu comentários a respeito das tarifas enfatizando que é necessário reajustar a Tarifa Aquaviária de R\$ 0,71, o que representa menos de 50% das tarifas vigentes no país, além do reajuste do custo com locação de equipamentos dentro da área do porto. Já a Tarifa de Infra-estrutura Terrestre de R\$ 2,36 deverá permanecer. Concluiu dizendo que se faz necessário contratar uma equipe de técnicos especializados para elaborar um estudo de revisão tarifária para posterior análise e aprovação da ANTAQ e CAP. O Presidente da CDSA falou que



também propôs uma revisão tarifária na última reunião do CONSAD, sendo aprovada por unanimidade. Portanto tomará as providências necessárias para a referida revisão.

3.6 – Fixação da data da próxima reunião.

O Presidente do CAP agendou a próxima reunião para o dia 05 de outubro de 2006 na sala de reuniões da Companhia Docas de Santana.

4 - Assuntos Gerais

4.1 - O que ocorrer

O Presidente do CAP deu por encerrada a 112ª Reunião do Conselho de Autoridade Portuária. Nada mais a tratar, eu Fransuily Chagas Barbosa, lavrei a presente ata que após lida e achada será assinada pelo senhor Presidente, por mim e pelos demais Conselheiros.

Santana-AP, 08 de agosto de 2006.

Wilson do Egito Coelho Filho
Presidente do CAP/AP

Fransuily Chagas Barbosa
Secretária do CAP/AP